

Os opostos, se não se atraem, se complementam: Alexis de Tocqueville e Karl Marx como vozes suplementares para um entendimento mais abrangente da Revolução de 1848

The opposites, if not drawn together, find complementarity: Alexis de Tocqueville and Karl Marx as supplementary voices for a more comprehensive understanding of the 1848 Revolution

Guilherme Costa Silva,¹ UFG

Resumo

A longa revolução francesa é um dos temas sobre os quais os que lidam com passado mais se debruçaram e produziram, entre esses estão Alexis de Tocqueville e Karl Marx. No presente artigo, apresentarei a conjuntura dessa revolução sobre a qual tratam os autores. Em seguida, compararei as duas visões tendo como tese que, embora sejam tradicionalmente entendidos como ideologicamente opostos, Tocqueville e Marx, quando analisados em conjunto, possibilitam uma visão mais “diversa” desse processo.

Palavras-chave: Longa Revolução Francesa; Revolução de 1848; Alexis de Tocqueville; Karl Marx; Análise Comparada.

Abstract

The long French Revolution is one of the subjects that those dealing with the past have most deeply investigated and produced, among whom are Alexis de Tocqueville and Karl Marx. In this article, I will present the context of this revolution as addressed by the authors, and then I will compare the two views, with the thesis that, although traditionally understood as ideologically opposed, Tocqueville and Marx, when analyzed together, allow for a more “diverse” view of this process

Keywords: Long French Revolution; 1848 Revolution; Alexis de Tocqueville; Karl Marx; Comparative Analysis.

O que se deve exigir do escrito, antes de tudo, é um certo sentimento íntimo, que o torne homem de seu tempo e de seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.

(...)

Nem tudo tinham os antigos, nem tudo têm os modernos. Com os haveres de uns e de outros é que se enriquece o pecúlio comum (Machado de Assis, *apud* Campos, 2019, p. 190 e 195).

Uma conjuntura revolucionária: breves apontamentos da Revolução Francesa à Primavera dos Povos²

¹ Graduando de licenciatura na Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. É pesquisador PIBIC com financiamento CNPq no projeto de pesquisa “Teoria da História: conceitos, trajetórias e tradições historiográficas”. Além disso, atualmente é aluno especial no mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Contato: guilherme.costa@discente.ufg.br ou guilherme.guigo@gmail.com.

Muitas críticas já foram elaboradas ao que se denomina “Movimentos dos Annales”,³ contudo esse foi, para alguns, a “Revolução Francesa da Historiografia”, lançando as bases de muito do que até hoje é tido como teoria e metodologia (Burke, 1997, p. 10–16). Resumidamente, é possível identificar algumas tendências tidas como geracionais: a primeira, cujos expoentes mais excelsos são Bloch e Febvre, ampliou o que era considerado fonte, buscou uma História totalizante e que fosse História-Problema; a segunda, cujo nome mais relevante talvez seja de Braudel, sugeriu a História como passível de interdisciplinaridade e dedicou-se a refletir sobre as estruturas e a temporalidade; Le Goff e Georges Duby talvez sejam os mais conhecidos do que se entende como terceira geração e examinaram, em colaboração com a psicologia, as mentalidades (Barros, 2011, p. 42–63). Discordâncias metodológicas podem ser percebidas mesmo nos contemporâneos de cada uma das gerações, como Alexandre Koyré (1991, p. 272–278) que, sutilmente, insinua que a metáfora pictórica de Febvre beira ao determinismo, contudo, como o próprio autor afirma, possivelmente, dificilmente os historiadores poderão retirar o “fato da História”.⁴ O que é pouco grifado é o respeito mútuo entre Koyré e Febvre, com trocas de elogios e indicações para cargos (Salomon, 2016, p. 125). Outrossim, buscarei não somente destacar as divergências entre as proposições de Karl Marx e Alexis de Tocqueville, como também suas convergências, paralelismos e a apresentações da revolução sob ângulos distintos — mas que podem ser sobrepostas.

As análises documentais são parte considerável da faina dos historiadores, isso porque nesse trabalho existe a busca de, ao menos, alicerces confiáveis e amparado por fontes.⁵ Isso com um número de autores desconstrucionistas crescente (por mais que a corrente não esteja totalmente estabelecida) que questionam as pretensões de veracidade da História e subjagam as evidências ao segundo plano em relação à narrativa; não são *anti-referencialistas*, mas consideram que o passado é discursivamente construído e os referentes não refletem o passado, até porque se apresentam com diversos *mecanismos mediadores* (Munslow, 2009, p. 137–161). Tais considerações são especialmente necessárias de explicitar quando tratamos das leituras sobre o passado, ou seja, da historiografia.

² O termo “Primavera” não se relaciona apenas às transformações da época bastante impregnadas de liberalismo, nacionalismo e reformismo, mas também um sentido literal, uma vez que o movimento começou durante a primavera do hemisfério norte.

³ “Escola dos Annales” foi preterido a “Movimento” uma vez que, conforme aponta Burke (1997, p. 128–135), há diversificações internas ao grupo, algo semelhante à diferença entre *doutrina* e *corrente* em filosofia.

⁴ Sobre a ideia de “fato histórico” *vide* Adam Schaff (1995).

⁵ Há teóricos, como Collingwood (1972), que veem nisso a distinção entre o historiador e o romancista, para outros, como White (2011), a escrita da história teria dimensões literárias e linguísticas bastante sobressaltadas.

Análises, como a que aspiro realizar adiante, partem do princípio de que toda obra produzida apresenta historicidade⁶ e, portanto, são marcadas e marcam seu tempo. As obras de Marx e Tocqueville aqui pensadas, comparadamente, podem ser vistas como possuidoras de uma “dupla historicidade”; isso porque estão vinculadas as visões de um tempo sobre um evento passado, o golpe de 18 de Brumário, que forma parte de um conjunto revolucionário e, por conseguinte, pode ser inserido, na perspectiva de Eric Hobsbawm (2014), como parte de uma longa Revolução Francesa.⁷ É característico de muitas produções, especialmente no século XIX, serem hodiernamente História e Historiografia (Barros, 2011, p. 42 – 63). Partindo dessa lógica, julgo benéfico para a compreensão uma breve apresentação do contexto ao qual as obras fazem referência; sendo, grosso modo, a de Tocqueville um relato e a de Marx um estudo, mas ambas objetivam reordenar e elaborar sistematicamente os acontecimentos.

A Revolução Francesa está muito relacionada a uma leitura do “iluminismo” e forma, com a Revolução Americana e a Revolução Inglesa,⁸ a tríade das revoluções liberais. Vale sublinhar que, para Osvaldo Coggiola (2013, p. 281), esse talvez seja um dos temas mais revistos pelos profissionais da História. Conforme Luís Edmundo Moraes (2021, p. 11–46), em 1789 vislumbram-se novas formas de representação e organização do poder, isso porque a França encontrava-se embebida em crises, especialmente a agrária (por uma severa seca) e financeira (dentre outras coisas, pelos custos de guerras). O açoite era notavelmente mais rigoroso para o Terceiro Estado, ou seja, o povo,⁹ uma vez que o Primeiro e o Segundo Estado, respectivamente, o clero e a nobreza, eram isentos de impostos.

Diante desse cenário, o rei Luís XVI convoca a Assembleia dos Estados Gerais e, frente às divergências, perceptível é a disputa de como os votos deveriam ser contabilizados (com o Terceiro Estado solicitando o voto individual e os demais, assegurando seu poder, defendendo o voto por Estado). A decisão de que a isenção ao clero e a nobreza não só se perpetuaria como os impostos sobre o povo aumentaria surge como um estopim para que o Terceiro Estado se declarasse uma Assembleia Nacional. No dia 14 de junho do mesmo ano os revoltosos tomaram a Bastilha, prisão em que foram presos muitos dos opositores aos reis

⁶ Sobre o problema da “historicidade” na historiografia, ver Araújo (2013).

⁷ Considero a noção relevante por contemplar questões como o debate sobre quando termina uma revolução e as considerações de François Furet (1989) que, durante o bicentenário da revolução, passou a entendê-la como simultaneamente *processo e acontecimento*.

⁸ Há historiadores, próximos aos estudos decoloniais, que somam a essas a Revolução do Haiti (Trouillot, 2016). Ademais, faz-se indispensável a menção da obra *Os Jacobinos negros*, de C. L. R. James, onde se examinam os aspectos e diálogos da revolução francesa e a revolução do Haiti.

⁹ Escolhi esse termo propositalmente, tratava-se de um “estamento” heterogêneo, que engloba desde os girondinos (alta burguesia), passando pelos jacobinos (baixa burguesia) e campeonato, até os *Sans-culotte*.

franceses, na época praticamente desativada, além de um símbolo do absolutismo e do poder coercitivo do Estado (Moraes, 2021, p. 17).

Com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão a Assembleia Constituinte afirma que todos seriam iguais perante a lei e alega que os direitos individuais deveriam ser assegurados, o país encaminhava-se a uma monarquia constitucional, porém o rei tenta fugir — mais de uma vez, diga-se de passagem — sendo condenado à morte, em 1793. Em 1792, as demais monarquias europeias passam a reagir contra a França e forma-se a Convenção, a maioria de seus integrantes poderiam ser tidos como parte de um dos três principais grupos, os jacobinos, os girondinos e a planície. Os jacobinos, liderados por Robespierre e Danton, destacam-se e suprimem os demais grupos, funda-se uma república, declara-se o voto universal, cria-se o Comitê de Salvação Pública e o Tribunal Revolucionário, gerando o Período do terror; o medo e insegurança passam a rondar os indivíduos e os girondinos, ajudados pela planície e instigando o povo, tomam o poder. Robespierre foi guilhotinado, no calendário revolucionário, em 9ª Termidor ou, como ficou conhecido, Reação Termidoriana (Moraes, 2021, p. 26; p. 33–35).

Sob o véu dos girondinos a França passa a ser governada pelo Diretório (com cinco diretores), que permanece de 1794 a 1799; o voto mais uma vez se torna censitário, a constituição é refeita e houve grande investimento na Guarda Nacional para defesa externa e interna, nesse momento, que, por seus êxitos, Napoleão Bonaparte ganha força (Hobsbawm, 2014, p. 122–127). Avançando no tempo, o exército passa a reivindicar mais poder e, de 1799 a 1804, o sistema de governo francês deu-se pelo consulado, sendo Napoleão o primeiro cônsul e os outros dois tinham um papel mais consultivo; após alçar-se ao poder no 18 de Brumário, Napoleão visa o apoio da burguesia, a industrialização, investimento em educação pública e formação cultural.¹⁰ Soma-se a isso o Código Civil, também conhecido como Código Napoleônico, colocando a igualdade na lei, o direito ao divórcio e reitera o Estado laico. Gozando de sua popularidade, por meio de um plebiscito, ele se torna imperador através do golpe de 18 de Brumário (Godechot, 1984, p. 114–124).

Sendo imperador, declara inimigos da França os países absolutistas e desenvolvidos industrialmente. Basicamente, Napoleão era contrário à livre concorrência e, por isso, o principal país ao qual se opõe é Inglaterra, ou seja, seria necessário derrotar a hegemonia inglesa para se firmar no comando industrial do concerto das nações; rememoremo-nos que a Inglaterra é uma ilha e desenvolveu, durante séculos, sua marinha. Em virtude desse contexto

¹⁰ Por exemplo, a fundação de museus, no caso francês, isso aconteceu por meio da “abertura” do Louvre e o saque de países com a expansão do império, além de missões arqueológicas e naturalistas (Cabral, 2021).

seria claudicante e sanguinária uma incursão francesa ao território inglês, um subterfúgio desenvolvido pelos franceses foi, assim, o Bloqueio Continental, em 1806, impedindo — sob ameaça de invasão — que os demais países europeus mantivessem comércio com a Inglaterra (Falcon e Moura, 2006, p. 219-228).

De acordo com Marco Mondaini (2006, p. 200–231), a Rússia, que em primazia aderiu ao Bloqueio, por sua condição financeira precária, deixa de segui-lo. Cumprindo sua ameaça, Napoleão direciona as tropas ao território russo e ali tem sua primeira derrota; embora o exército francês fosse consideravelmente mais fortificado, as condições geográficas e climáticas laurearam os russos. Diferentemente do imaginário coletivo, a invasão não começou no inverno, mas perdurou até ele; porque, em seu território vasto, o exército do Czar recuava para o interior, estocando alimentos e queimando qualquer recurso que poderia ser útil ao inimigo.¹¹

Enfraquecido no Fronte oriental e deixando desprotegido seu próprio país, a França é atacada, Napoleão é preso na Ilha de Elba, mas consegue fugir, em 1815, e retornar à França que, na época, estava sendo governada por Luís XVIII, iniciando o Governo dos 100 dias. Por fim, foi derrotado na batalha de Waterloo, sendo exilado na ilha de Santa Helena, onde ficou de 1815 até sua morte em 1823. Emergem da derrota de Napoleão Bonaparte o Tratado de Viena e a Santa Aliança (Moraes, 2021, p. 71–96).¹²

O Congresso de Viena reuniu os vencedores, em 1815, para restaurar as monarquias anteriores à Era Napoleônica, as fronteiras como estavam em 1789 e o equilíbrio entre as potências. A “integridade” da França só se deu pela garantia da casa de Bourbon, que permaneceu no poder até 1830; o país voltou a ser uma monarquia com Luís XVIII tanto na ocasião supracitada, entre 1814 e 1815, quanto entre 1815 a 1824. Esse será seguido por Carlos X. Durante esse período o parlamento, que realiza eleições em 1816, é de maioria moderada, a burguesia ganha mais força e as finanças e o exército são reorganizados (Moraes, 2021). Carlos X, em maior grau que seu antecessor, tomou medidas para fortalecer o absolutismo e políticas conservadoras, o que ocasionou em impopularidade. A Câmara eleita em 1824 era de oposição ao monarca, conflitando com o rei. Seis anos mais tarde, em 1830, ele dissolve a Câmara, mas a oposição, novamente, tem maioria. Acreditando estar seguro, considerando suas glórias militares contra os otomanos, o rei impõe uma série de medidas

¹¹ Tática de guerra que se convencionou “terra arrasada”. Recomendo, aos interessados, que escutem a música composta por Tchaikovsky em 1912, em comemoração aos 100 anos da vitória russa, denominada *Octubre 1812*, essa, curiosamente, só pode ser executada em ambientes abertos por requerer tiros de canhões e apresenta, em sua composição, partes modificadas do Hino Nacional francês.

¹² Estabelecida entre Rússia, Áustria e Prússia pelo direito divino de governar, ou seja, a defesa da fé cristã e da monarquia absolutista.

sobre o parlamento, como a anulação do mesmo, a instauração da censura e a governança por decretos; está plantado o caos. Entre os dias 27, 28 e 29 de julho de 1830, Paris é tomada por barricadas e a possibilidade uma guerra civil está no ar, liberais, republicanos e a guarda nacional se unem contra o rei que, sem opções, abdica, colocando fim a Restauração (Moraes, 2021, p. 76-79).

O principal agente da Revolução de 1830 é a alta burguesia que, temerosa por radicalizações semelhantes às que ocorreram no passado, elegem um “rei burguês”: Luís Felipe I, no que ficou conhecido como Monarquia de Julho. Durante esse período a maioria das políticas tinha o caráter de “caminho do meio”, buscando diminuir as radicalizações, a burguesia concentrou o poder para tentar evitar o retorno do absolutismo.¹³ Contudo, as tensões de 1830 não só permaneceram como foram concatenadas com um novo elemento: as ideias socialistas. No contexto internacional o mundo vivia, consoante o entendimento de Hobsbawm (2014, p. 180-184), *ondas revolucionárias*. A primeira delas entre 1815 e 1824, particularmente restrita aos países do mediterrâneo, como Portugal, Grécia, Nápoles e Espanha. A segunda, ocorrida até 1834, toma boa parte da Europa, o oeste da Rússia, a Bélgica, o Norte da América e derruba os Bourbon na França. Por fim, a terceira é notável, em particular, em 1848, na Suíça, França e nos locais onde seria hoje Alemanha e Itália.

A força da burguesia¹⁴ sobre as outras camadas sociais era gritante e, evidentemente, levava a descontentamentos; concomitantemente, por levantes, ressurreições e tentativas de eleger representantes¹⁵ de seus interesses, a relevância dos trabalhadores e do operariado era crescente. Além disso, o rei de Orleans, Luís Felipe I, não foi tão “burguês e parlamentar” como era pensado, atuando com certo autoritarismo, retirando a liberdade de imprensa, e a tríade “republicanos-liberais-trabalhadores”¹⁶ unem-se novamente, soma-se a ela o apoio do exército. Essa efervescência faz com que o rei sacrifique seu primeiro-ministro, na época Guizot; pouco tempo depois o próprio tem um xeque-mate, levado a abdicar do trono e fugir para a Inglaterra (Moraes, 2021, p. 76-84; Martins, 2021, p. 2-3).

¹³ Utilizei esse termo apesar das considerações historiográficas das últimas décadas por seu caráter didático. Entretanto, alerta aos leitores que o absolutismo, no sentido literal da palavra, com o rei controlando tudo e todos, é uma ideia que não encontrou ecos na realidade (Schaub, 2005). O rei francês talvez tenha um controle mais considerável em Paris e seus arredores, à medida que esse espaço geográfico se distancia diminui, também, o seu controle pelo poder régio.

¹⁴ Para Marx (2011, p. 48), sobre o apoio da burguesia à Monarquia de Julho: “A outra parte, os aristocratas financeiros e os grandes industriais, havia governado sob a Monarquia de Julho e, por conseguinte, era orleanista”.

¹⁵ Foi um longo processo, uma vez que foram curtos os períodos em que o voto não foi censitário na França.

¹⁶ Foi nesse momento em que o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels foi escrito. Como uma das visões de mundo possíveis, na França existiam grupos republicanos, bonapartistas, que queriam o retorno dos Bourbons, etc.

O exército garante a formação e passagem para a II República francesa. Eleito pelo povo, especialmente pelos setores agrários¹⁷, Luís Bonaparte, sobrinho de Napoleão, é declarado presidente. Essa república, conquanto, não passaria da infância. Mesmo assim, vale ressaltar que a pena de morte foi instaurada e o sufrágio universal garantido. Morreu na infância por contradições internas, coetaneamente, em que a Assembleia Constituinte buscava ter um caráter moderado e republicano, socialistas e anarquistas faziam-se eleger, o rei tomava medidas conservadoras. Foi no dia 2 de dezembro de 1851 que Luís Bonaparte dá um golpe e instaura o II Império francês (Hobsbawm, 2005, p. 520–546).

Lados de uma moeda: uma análise comparada de Marx e Tocqueville

Para Karl Marx, filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista, e revolucionário socialista nascido em Tréveris, Prússia, o golpe de estado engendrado por Luís Bonaparte, sobrinho e herdeiro de Napoleão I, o qual chama de “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte” aproximando o ato de dezembro de 1851 e o golpe de estado ocorrido em novembro de 1799, concebido pelo tio (“*Le 18 Brumaire*”, segundo o calendário revolucionário), seria um desdobramento das jornadas revolucionárias iniciadas em fevereiro de 1848. Contando com o envolvimento de toda a sociedade francesa, se iniciava a concepção de uma espécie de projeto de República semelhante à Monarquia Constitucional chefiada pela burguesia conservadora. Marx aponta como explicações para o golpe de 1851 as afinidades políticas, bem como a ação coaduna presente em momentos antecedentes ao golpe entre os favoráveis a este e grande parte dos grupos políticos presentes na sociedade francesa (Marson, 2005. p. 143).

Analisando os eventos por meio de uma História econômica e utilizando-se do materialismo dialético, Marx entende o cerne da “Primavera dos Povos”, nome atribuído à sucessão de jornadas revolucionárias na Europa em 1848, como o embate classista entre a burguesia, que gozava de privilégios e direitos políticos e o proletariado, que ensejava para si a participação de toda a classe trabalhadora no processo político nacional, sob a liderança do operariado urbano revolucionário; para tanto, era condicionante a elevação da consciência do proletariado como ferramenta para sua emancipação (Martins, 2021, p. 334). Na França deste período havia dois tipos de trabalhadores: os urbanos que, segundo Marx (2011, p. 144), possuíam uma maior consciência de classe e os camponeses, com pouca consciência de classe, em sua opinião.

¹⁷ Muitos historiadores veem esse apoio local como uma nostalgia de uma redistribuição de terras conduzida por Napoleão Bonaparte.

A obra de Alexis de Tocqueville *Lembranças de 1848* nos traz uma confirmação das análises de Marx sobre os conservadores, uma vez que estes, incluindo Tocqueville, se preocupavam exacerbadamente com a ordem social, a mesma para estes estaria acima de tudo. Até mesmo do próprio restabelecimento da Monarquia, bem como aparece no capítulo XIX, no qual Tocqueville fala sobre as querelas internas do gabinete e as dificuldades enfrentadas por ele diante do presidente e da maioria de seus membros:

Mas a parte mais difícil de nosso papel foi a conduta a seguir em relação aos antigos conservadores, que formavam, como já disse, o grosso da maioria. Eles tinham a um só tempo opiniões gerais a impor e paixões particulares a satisfazer. Queriam que se restabelecesse a ordem com energia; nesse ponto, éramos as pessoas indicadas; nós a queríamos como eles e a promovíamos tanto quanto podiam desejá-la e melhor do que teriam podido fazê-lo (Tocqueville, 2011, p. 275).

Tocqueville, no início de sua obra, tece suas primeiras impressões acerca da burguesia (que ele chama de classe de cima) e do proletariado (denominando-os classes de baixo). Ele, deveras observador, percebia uma enorme inquietação nas “classes de baixo” e que a “catástrofe” estaria prestes a chegar. Tendo grande estima pela virtude cívica, a desordem o incomodava e a constante ameaça de jornadas revolucionárias o assustava, assim como vemos em seus discursos no ministério:

Olhai o que se passa no seio dessas classes operárias, (...) Não vedes que pouco a pouco propagam-se em seu seio opiniões, ideias que de modo nenhum irão somente derrubar tal lei, tal ministério, mesmo tal governo, mas a sociedade, abalando as bases nas quais ela hoje repousa?
(...) esse mal levará, cedo ou tarde, não sei como nem de onde elas virão, mas levará cedo ou tarde a gravíssimas revoluções neste país: podeis ficar disso convencido.
Sabeis o que pode ocorrer na França daqui a um ano, um mês, um dia talvez? Vós ignorais; mas sabeis que a tempestade está no horizonte e que ela marcha sobre vós; deixar-vos-eis antecipar por ela?
Senhores, suplico-vos que não o façais, não vo-lo peço, suplico-vos; de bom grado cairia de joelhos diante de vós, tão sério e real creio ser o perigo, tanto creio que o assinalar não é recorrer a uma vã forma de retórica. Sim, o perigo é grande! Conjurai-o enquanto ainda é tempo; corrigi o mal por meios eficazes, não atacando seus sintomas, mas o próprio mal (Tocqueville, 2011, p. 52–54).

No capítulo III de *O 18 de brumário*, onde Marx explicita a tensa e instável situação na arena política francesa em abril de 1848, o mesmo cita em muitos momentos o *Partido da Ordem*, que em 20 de dezembro é maioria na Assembleia Nacional, composto por lideranças orleanistas e legitimistas, estes que segundo Marx,

(...) executavam a sua real atividade na condição de Partido da Ordem, isto

é, sob um título social, não político, como representantes da ordem mundial burguesa, não como cavaleiros de princesas andantes; como classe de burgueses contra todas as demais classes, não como monarquistas frente aos republicanos (Marx, 2011, p. 61).

E bem como nos propõe Renato Janine Ribeiro (2011, p. 12–13) na introdução da edição traduzida da obra de Tocqueville, “se entendermos que a defesa da ordem social é a de uma sociedade hierarquizada basicamente pelo capital” faz-se possível observar que a preocupação de Tocqueville, diferentemente da de Marx, não são os privilégios de classe, ou os efeitos do capitalismo na sociedade, mas manter ordenada toda uma sociedade que se via ameaçada pela desordem e pela anarquia. Ribeiro ainda propõe que haja uma crítica indireta a Marx nos relatos de Tocqueville no momento em que o mesmo tece críticas aos “demagogos da esquerda”, logo se faz notório o fato de que os autores se encontram em campos partidários opostos.

Marx apresenta uma interpretação bastante singular dos eventos, utilizando uma metodologia própria oriunda de uma fusão entre o materialismo feuerbachiano e a dialética hegeliana. E assim, surgindo materialismo dialético, analisando os fenômenos da natureza com um olhar materialista. Porém é mister mencionar que a dialética de Marx não é idêntica à dialética de Hegel e que Marx extraiu da dialética hegeliana o seu “elemento racional”, buscando retirar o viés idealista da mesma e desenvolvendo a configuração da dialética marxista conhecida atualmente. Como diz Marx:

O meu método dialético é, pela base, não apenas diverso do de Hegel mas o seu directo oposto. Para Hegel, o processo do pensamento — que ele transforma mesmo num sujeito autónomo sob o nome de Ideia — é o demiurgo do real, que forma apenas o seu fenómeno exterior. Para mim, inversamente, o ideal [das Ideelle] não é senão o material transposto e traduzido na cabeça do homem (Marx, 1982, p. 102, grifo do tradutor entre colchetes).

Tocqueville produz *Lembranças de 1848* em formato de “diário” e narra os acontecimentos com os olhos de alguém que os viveu e presenciou, adicionando a obra um caráter narrativo, em primeira pessoa, voltando seus olhares para os interesses e o comportamento dos personagens com os quais se relacionava. Ou seja, sob uma perspectiva sociopolítica, analisando, a partir de suas memórias e impressões (logo, do seu juízo de valor), o cotidiano político em seus desdobramentos mínimos e particulares. Já Marx, diferentemente de Tocqueville, escreve o *18 de Brumário* sob uma perspectiva político-econômica, mantendo uma análise estrutural ampla dos desdobramentos políticos, estuda os eventos pautados pelo embate classista e as condições econômicas internas ou externas. Para Marx, a luta de classes

seria impulsionadora do percurso histórico e a queda do capitalismo e da propriedade privada seriam necessárias para o avanço da sociedade. Marx também criticava a demagogia da pequena burguesia e os julgava como utópicos e irrealistas.

O que caracteriza o tempo vivido por Alexis de Tocqueville é, para si, seu caráter confuso e disforme que assombrava as almas de seus contemporâneos, um “labirinto de pequenos incidentes, de pequenas ideias, de pequenas paixões, de enfoques pessoais e de projetos contraditórios, no qual se esgotava a vida dos homens públicos” (Tocqueville, 2011, p. 43). Tocqueville, um aristocrata de família tradicional da Normandia e ligado à casa de Orleans, liberal-conservador, católico e moralista, constatava na sociedade francesa o sumo de uma época de paixões exacerbadas e egoístas, carência de espírito e desordem geral. Ter consciência desta percepção é fundamental para compreender a movimentação da narrativa histórico-documental de Tocqueville, a qual está pautada pela composição das forças humanas com o acaso.

Os fatos anteriores, a natureza das instituições, a dinâmica dos espíritos e o estado dos costumes são os materiais com os quais o acaso compõe os improvisos que nos assombram e nos assustam. (...) A Revolução de Fevereiro, como todos os outros grandes acontecimentos do gênero, nasceu de causas gerais fecundadas, se é que assim podemos dizer, por acidentes (Tocqueville, 2011, p. 104).

É assim que Tocqueville eleva a atmosfera revolucionária e as subsequentes derrocadas e subversões da ordem e do espírito cívico às qualidades de causas primárias e secundárias que levam a França da Monarquia de Julho à República, e desta para a iminente ameaça golpista de Luís Bonaparte, que culminaria no golpe de dezembro de 1851, não documentado por Tocqueville em suas *Lembranças*.¹⁸

Se apresenta na obra de Marx a célebre máxima em que este, citando Hegel, condiciona os fatores epistemológicos e o caráter quase jornalístico que guiará sua narrativa histórica: a história que acontece duas vezes, “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”¹⁹ (Marx, 2011, p. 25); a farsa aqui, remetendo ao sentido de ‘representação’ como

¹⁸ No capítulo *Tocqueville: el realismo histórico como tragedia*, Heyden White explora os aspectos trágicos envolvidos no embate entre os interesses e forças humanas e a imprevisibilidade da história e, nesse sentido, “Tocqueville empezó en un esfuerzo por mantener una visión específicamente trágica de la historia y luego fue cayendo poco a poco en una resignación irónica a una condición en la que veía pocas esperanzas de liberación, tarde o temprano” (White, 1992, p. 188).

¹⁹ Equivocadamente, muitos acreditam que seja uma repetição literal, grande engano; é o acontecimento e, posteriormente, eventos em resposta a consonância e reverberações dos eventos iniciais. A tragédia, no teatro, é uma epopeia que visa reaver um período catártico que se rompeu em função de uma *Hybris*; a farsa é breve e satírica, tem poucos personagens e, normalmente, costuma ter eventos relativamente diferentes, mas que ocorre como continuação em virtude dos ecos da tragédia. A emulação histórica esconde e mascara a realidade do acontecimento (Linhares, 1953, p. 08-12)

significante que substitui algo antes significado, de materialização inexata e imprecisa de algo antes conceitual. Portanto, Luís Bonaparte, como uma farsa que se apropria da força simbólica e trágica de seu tio Napoleão Bonaparte. Antes disso, entretanto, Marx utiliza um termo notório para as suas futuras elaborações, ainda a partir de sua leitura de Hegel: “todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados” (Marx, 2011, p. 25). O uso da palavra ‘encenados’ salienta o teor da análise crítica marxiana nesta obra ao evocar uma analogia já corrente entre intelectuais e pensadores políticos contemporâneos e anteriores ao relacionar a encenação teatral ao exercício político representativo (Ribeiro, 2011, p. 11–20). Rousseau (2005, p. 129-134) o faz ao caracterizar as diferenças entre o regime absolutista e o regime participativo;²⁰ nosso paralelo comparativo, Tocqueville, também o faz de forma muito similar à Marx, enfatizando o descontentamento com as ações e representações da política à época, sobretudo nos discursos parlamentares inflamados e vazios, “hábito inveterado, que todos os políticos haviam contraído durante essa longa comédia parlamentar” (Tocqueville, 2011, p. 55) condenável pelo francês sob a cunhagem da ‘retórica’.

As formas escritas de Marx e Tocqueville nos são muito apreciadas por suas particularidades narrativas, cada qual com suas características indistinguíveis. O primeiro, um jornalista de ofício, utiliza da longa e minuciosa análise político-econômica com um incessante vaivém nos fatos e eventos históricos, mantendo a roupagem materialista e dialética e atendendo a seus interesses de expor como a luta de classes impregnou a história francesa entre 1848 e 1851.

Marx utiliza de ironias, anedotas e sarcasmo para conceder vida à sua obra.²¹ Tomo de empréstimo a análise da teoria do discurso histórico de Hayden White (1991, p. 3) para afirmar que a linguagem distinta de Marx “é, ao mesmo tempo, forma e conteúdo”. Visto que essa, por suas inúmeras características acima comentadas, pontua não apenas o modo como Marx analisava e escrevia os eventos, mas orientando também a leitura do ‘conteúdo’ destes: a leitura de um trecho qualquer, quando pontuado com comentário ou análise sarcástica,

²⁰ Na obra *Do contrato social*. Em específico, Livro III, capítulo XV: “Dos deputados ou representantes”: “A soberania não pode ser representada, pela mesma razão que não pode ser alienada; ela consiste essencialmente na vontade geral, e a vontade de modo algum se representa; ou é a mesma, ou é outra”. Aqui, a “representação” popular em um Parlamento se trata de uma ‘encenação’, um ‘teatro’ de atores e espectadores; refere-se à alienação da participação popular na política a partir de seus ‘representantes’, e opõe-se à ‘festa democrática’.

²¹ Para Lukács (2000, p. 87), a ironia pode ser entendida como um ato de indeterminação frente a história, pois “(...) na medida em que configura a realidade como vencedora, a ironia revela não apenas a nulidade do mundo real diante de seu adversário derrotado, não apenas que essa vitória jamais pode ser definitiva e será reiteradamente abalada por novas insurreições da idéia, mas também que o mundo deve sua primazia menos à própria força, cuja grosseira desorientação não basta para tanto, do que a uma problemática interna - embora necessária - da alma vergada sob os ideais”.

imbuí maior ou menor relevância aos fatos narrados; maior ou menor interesse de Marx em posicioná-lo como cômico ou trágico. Dotado de um grande desprezo pelas atitudes por ele chamadas vulgares e parvas dos grandes nomes políticos da época, e também um crítico sarcástico dos desvios e reverses da burguesia parlamentar, Ele, por vezes, se aproxima de Tocqueville ao escarnecer das ações e posições das mais diversas orientações políticas, do

legitimista Berryer, que, no dia 2 de dezembro de 1851, envolto pela echarpe tricolor, arengava, em nome da república, para o povo reunido diante do prédio da prefeitura do décimo arrondissement [distrito]. Todavia, o eco lhe responde zombeteiramente: Henrique V! Henrique V! (Marx, 2011, p. 58, grifos do tradutor entre colchetes).

Até da social-democracia (também chamada por Montanha) que, composta pelos republicanos pequeno-burgueses e por “alguns figurantes da classe dos trabalhadores e alguns sectários socialistas” (Marx, 2011, p. 63), não possuía, segundo Marx, um interesse alinhado com o povo que diziam representar; alinhavam-se apenas com os próprios interesses, privilégios e posições, da sua fundação aos bambúrrios, até sua derrota no 13 de junho, encabeçado pelo líder montanhês Ledru-Rollin:

Ao eliminar os seus chefes, o 13 de junho abre espaço, em contrapartida, para capacidades subordinadas que se sentem lisonjeadas com a nova posição. (...) Quanto ao 13 de junho, eles se consolavam com esta formulação profunda: Mas se ousarem atacar o sufrágio universal, aí sim! Aí mostraremos do que somos capazes. *Nous verrons* [veremos] (Marx, 2011, p. 68, grifos do tradutor).

Tocqueville (2011, p. 42), por sua vez, compõe sua história a partir de lembranças de eventos em que atuou e testemunhou. Isso não reduz o esmero que este emprega em sua escrita: refinada, calibrada, sem rebuscos ou articulações complexas como Marx; há uma riquíssima descrição de sensações, expressões, ambientes e pessoas. Diz ele ao descrever o Ministro da Justiça, Michel Hébert, e a tumultuosa manhã do 24 de fevereiro:

Imaginem uma pequena cara estreita, crispada, fuinha, comprimida na altura das têmporas, testa, nariz e queixo pontiagudos, olhos secos e vivos, lábios encolhidos e sem bordas; juntem à figura uma longa pena geralmente atravessada na boca e que, de longe, se assemelhava ao pelo eriçado de um gato e terão o retrato de um dos homens mais parecidos com um animal carnívoro que jamais vi.

O bulevar que tomamos para lá chegar apresentava um estranho espetáculo. Não se via quase ninguém, embora fossem cerca de nove horas da manhã; não se ouvia voz alguma, mas todas as pequenas guaritas postadas ao longo dessa vasta avenida pareciam agitar-se, cambalear sobre suas bases; de quando em quando, algumas caíam ruidosamente; ao mesmo tempo, as grandes árvores das calçadas tombavam sobre a rua, como que por força própria. Tais ocorrências destrutivas eram obras de homens isolados que,

silenciosa, diligente e apressadamente, iam preparando o material das barricadas que outros levantariam (Tocqueville, 2011, p. 62 e 76).

O trabalho tocquevilleano aproxima-se de um diário cujos fatos foram reunidos e trabalhados intelectualmente pelo seu autor, que é também seu objeto.²² É necessário ter este juízo ao se pontuar as ações e reações expressas por Tocqueville ao longo de sua narrativa: por vezes este se mostra mais absorto em reflexões acerca do desenrolar dos eventos; em outros momentos, visa detalhar e caracterizar sentimentos e impressões; ademais, surge enfático, cita as próprias falas e dos demais com precisão; já na última parte de suas memórias, por exemplo, ele faz um detalhado panorama de seus trabalhos no Ministério do Comércio Exterior Francês: as impressões descritas se aproximam muito mais das que seriam compostas por um diplomata profissional do que um escritor de memórias. A eficiência do discurso proposto a cada capítulo se mostra manobrada por um exímio literato, que orienta o tipo de escrita (narrativa, descritiva, de testemunho, analítica) a partir da experiência vivida, não diminuindo o valor histórico da obra deste,²³ mas elencando que tipo de valor a escrita do autor enseja extrair de cada capítulo e qual podemos fazê-lo.

Partindo para a análise do gênio epistemológico das obras, ou seja, de como cada escritor visualiza e emprega suas ideias, métodos e pressupostos para compor a história da França de meados do século XIX. Por mais opostos que possam parecer, Marx e Tocqueville têm muitas características em comum, sobretudo na visão que inferem da realidade francesa da época, pelos meios mais diversos: um pelo testemunho, outro pela análise estrutural.

Marx atribui nomenclaturas estruturantes, desenvolve conceitos e elabora novas palavras; sua análise macroestrutural se concentra em delimitar as peculiaridades econômicas em função de seus impactos e relações aos meios de produção e organização social e política francesa.²⁴ Durante a leitura, percebe-se que Marx pouco situa personalidades como atores políticos, opta por manter as estruturas que ordenam sua “grande lei do movimento da história” (Engels, 2011, p. 22) no contexto francês: as classes sociais mais ou menos estruturadas.

A resposta do proletariado parisiense a essa declaração da Assembleia

²² Hartog (2013, p. 126–132) passa, ao tratar do livro *A democracia na América* e o jogo dos regimes de historicidade nele contido, pela percepção do estilo de escrita tocquevilliano como em movimento e do movimento — como é característico de um diário.

²³ Hayden White (1991, p. 5) afirma que “Mas ao designarmos sua obra como ‘literária’ não a estamos exatamente removendo do domínio da produção de conhecimento”. Reforço a ideia de que a escrita de Tocqueville, assim como a de Marx, merece uma análise formal que julgue as características da escrita de cada um como parte do conteúdo, e não um condicionante que diminua o valor deste.

²⁴ Em termos de White, ele está produzindo “estratégias integrativas”, ou “estruturas integrativas” (White, 1995, p. 28; 1992, p. 26).

Nacional Constituinte foi a *Insurreição de Junho*, o mais colossal acontecimento na história das guerras civis europeias. A república burguesa triunfou. Ela teve o apoio da aristocracia financeira, da burguesia industrial, da classe média, dos pequeno-burgueses, do exército, do lumpemproletariado organizado como guarda móvel, das capacidades intelectuais, dos padrecos e da população do campo (Marx, 2011, p. 34).

É comum não haver uma classificação mais detalhada dessas classes, pois Marx limita a análise ao papel desta na forma em que se insere nas cadeias de produção de determinada sociedade. Sua análise sociológica e política, como nos indica Domenico Losurdo, remete a constantes intercâmbios categóricos de trabalhos anteriormente produzidos ou lidos nos campos da Economia e da Filosofia, um importante recurso de desenvoltura da análise materialista que realiza.

O convite²⁵ a que nos movamos nesse sentido já provém de certo modo de Marx, o qual usa a expressão *democracia burguesa*, mas parece usá-la — é necessário acrescentar rapidamente — como sinônimo de *democracia vulgar*. Passemos a pensar então na *economia vulgar*. Esta última *se apresenta como uma enorme coleção de mercadorias* (...) O quadro muda dramaticamente se da esfera da circulação passamos à esfera da produção. (...) É uma análise que nos leva à presença de duas esferas da realidade, uma mais profunda, a outra com certeza mais superficial embora não redutível a um puro nada (Losurdo, 1996, p. 32, *grifos do autor*).

Alexis de Tocqueville só se atém a uma análise mais detalhada da economia no último capítulo de seus escritos; este tampouco se refere à França, tratando-se de uma análise da situação internacional da Europa em meio a conflitos revolucionários. Tocqueville tem um olhar vívido e atento para os diversos grupos sociais, seu cotidiano, seus problemas e suas paixões; seu trabalho analítico é mais sociológico do que político-econômico. Por vezes, entretanto, ele ameaça discutir a proeminência de um embate entre classes na França, aproximando-o de uma ideia rotineiramente atribuída a Marx, embora não seja de sua exclusividade.

Nossa história, de 1789 a 1830, vista de longe e em seu conjunto, manifestava-se a mim como o quadro de uma luta encarniçada, travada durante 41 anos, entre o Antigo Regime — suas tradições, lembranças, esperanças, seus homens representados pela aristocracia — e a França nova, conduzida pela classe média (Tocqueville, 2011, p. 43).

O autor descreve, pautado por seus valores e inclinações, as ações de camadas populares (militares, proletários, comerciantes) e também a vida e as decisões singulares das

²⁵ O convite a que se refere Losurdo é o de não se limitar a uma análise interpretativa ‘superficial’, puramente economicista, mas uma análise socioeconômica aprofundada; veja a p. 33 de sua obra.

elites. Nesse ponto, Tocqueville (2011, p. 81) tece críticas à classe política dominante da sociedade francesa que, para ele, por render-se a sentimentos e interesses mesquinhos, carece de qualidades e competências para gerir o país, zelar e agir pelo interesse público, pois “um governo equivoca-se toda vez que toma como ponto de apoio unicamente as paixões egoístas e os interesses exclusivos de uma só classe”.

Sobre isso, podemos inferir, com o auxílio do ensaio de Gianfranco Poggi, algumas características do pensamento liberal de Tocqueville: é um defensor e admirador das liberdades individuais, e para assegurá-las vê como imprescindível a manutenção de um patrimônio cultural nas palavras de Poggi (1972, p. 59), e nas de Tocqueville, consensus universalis. O patrimônio cultural se trata de um viver de indivíduos autônomos sob uma ordem comum resguardada sobre dois pilares, “um secular, outro sagrado”. O primeiro, secular, é um “intenso patriotismo” vinculado à sociedade política; já o segundo, sagrado, uma “configuração de valores fortes e imutáveis sustentados por um arranjo de crenças centrais” (Poggi, 1972, p. 59–60),²⁶ se vincularia primeiro com a sociedade civil, então com a política.

Assim também, Tocqueville via a “indispensabilidade da religião” como a instituição capaz de se envolver diretamente na difusão e manutenção dos valores democráticos comuns (Poggi, 1972, p. 60): “Eu tinha passado os mais belos anos de minha juventude em uma sociedade que parecia fazer-se próspera e grande ao fazer-se livre; havia concebido a ideia de uma liberdade moderada, regular, contida por crenças, costumes e leis” (Tocqueville, 2011, p. 107). Poggi (1972, p. 60–61) afirma que Alexis de Tocqueville, um homem educado aos moldes aristocráticos, tentou substituir as diferentes estruturas reinantes na França da ordem aristocrática por estruturas republicanas, mas mantendo uma similar configuração de *patrimônio cultural*, portanto, imbricando uma série de valores e crenças rígidos a uma nova gama de arranjos institucionais. Dada a complexidade do pensamento político tocquevilleano, este pouco se dava por satisfeito vendo lideranças políticas alheias a seus projetos de uma França democrática e liberal, seja pelo apego à velha ordem política aristocrática, ou pelo desprezo aos valores e crenças tradicionais, característica permanente em suas críticas.

Tocqueville serve de exemplo à crítica marxiana ao partilhar, com várias camadas sociais não restritas a grupos políticos, da valorização do termo ‘socialismo’ como qualquer prática subversiva; noção cultivada pela retórica burguesa e promulgada assim, as demais classes sociais; o francês, entretanto, sabia que era um uso vulgar que não exprimia com

²⁶ Dentre essas crenças, está presente a principal: “a crença da providência divina como princípio de todo o bem, que transcende as querelas individuais”.

exatidão cada uma das manifestações que assim eram categorizadas genericamente:

Tais teorias diferiam muito umas das outras — eram frequentemente contrárias, às vezes inimigas —, mas todas, detendo-se num alvo abaixo do governo e esforçando-se para atingir a própria sociedade, que lhe serve de base, tomaram o nome comum do socialismo. (...) O socialismo permanecerá como o caráter essencial e a lembrança mais temível da Revolução de Fevereiro (Poggi, 1972, p. 117).

Quer se tratasse do direito de petição ou do imposto do vinho, da liberdade de imprensa ou do livre-comércio, de clubes ou da lei orgânica municipal, da proteção da liberdade pessoal ou da regulamentação do orçamento do Estado, a senha sempre se repete, o tema permanece sempre o mesmo, a sentença sempre já está pronta e tem o seguinte teor imutável: “*socialismo!*” (Marx, 2011, p. 75, *grifos do autor*).

A aversão de Tocqueville aos ‘socialismos’ como uma subversão da ordem faria com que se empenhasse em manter sob suas rédeas o controle republicano; não deixando este explodir em convulsões revolucionárias, nem o entregando à ingerência dos rivais legitimistas. Assim, a partir de 1848, integrou o grupo dos “republicanos moderados”, que não tinham nenhum apego à República, mas que consideravam manter a Ordem²⁷ por meio desta a melhor opção para acalantar os ânimos nacionais por um longo período.

Acerca da perspectiva historiográfica, Karl Marx elabora e concretiza uma análise filosófica especulativa da História, ou seja, que busca atores e movimentos gerais, fixos e universais para a História. Marx “confere sentido teleológico às revoluções e atribui a sua gênese aos interesses antagônicos que se acirram quando o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais entram em choque” (Martins, 2021, p. 341). Tocqueville, por outro lado, detestava

(...) os sistemas absolutos, que tornam todos os acontecimentos da história dependentes de grandes causas primeiras, ligadas entre si por um encadeamento fatal, e que eliminam, por assim dizer, os homens da história do gênero humano. Considero-os estreitos em sua pretendida grandeza e falsos em seu ar de verdade matemática (Tocqueville, 2011, p. 104).

Portanto, como exposto anteriormente, o autor francês mantinha uma perspectiva histórica menos universal, imbuída da combinação entre um fator causal geral do qual os homens não podiam escapar do jugo, e de suas ações a partir deste.

²⁷ Os republicanos moderados eram, sobretudo, os membros mais “à esquerda” do Partido da Ordem, e composto pelo mesmo grupo chamado de “esquerda dinástica” à época da Monarquia de Julho. A nomenclatura ‘esquerda’ foi recorrentemente utilizada no Parlamento francês para se referir a um grupo político que se abriga sob o regime, ‘na oposição’, por reclamar medidas mais progressistas e liberais que a ala conservadora da direita. Não devemos confundir os moderados ou a esquerda dinástica como partidários da Montanha, tampouco com os socialistas (à época vistos como a ‘social-democracia’, recebiam, por vezes, o nome de ‘extrema-esquerda’). Ver em Tocqueville, 2011, p. 57 e 329, onde este utiliza as categorias conforme o “jargão parlamentar” da época.

Em culminância, uma retomada

Marx e Tocqueville são contemporâneos a um período de revoluções marcantes para a contemporaneidade ocidental, cada qual guarnecido de sua realidade material e orientação ideológica; ambos comprometidos em analisar um mesmo intrigante objeto: as transformações políticas ruidosas da França entre os anos 1848–1851. Comparando as duas leituras, podemos, no transcorrer da obra, chegar a notórios e surpreendentes pontos de convergência e também limites claros na aproximação de ambos os autores de correntes políticas e historiográficas tão diversas. Eles executam magistralmente a proposta inicial a qual nos apresentam, e se são de fundamental valor para a compreensão dos diferentes panoramas sociais quando analisados separadamente, as prodigiosas obras assumem, conquanto, aspectos ainda mais egrégios quando vinculados e analisados complementarmente (Martins, 2021, p. 332).

Da mesma forma que, mesmo com os conflitos, Koyré e os *Annales* desenvolveram ideias e interpretações enriquecedoras sobre como deveria proceder o ofício do historiador, Tocqueville e Marx são, paradoxalmente, opostos e complementares. Ambos os teóricos apresentam e descrevem os acontecimentos de 1848 na França. Ou, em termo dialéticos, como Marx, poderíamos refletir sobre como a crise da História no pós-guerra fez insuficiente a História totalizante proposta pelos *Annales* e pelos marxistas, fazendo surgir outras formas de representar o passado, como a História Cultural, um confronto que gera uma síntese, uma nova proposta (Chartier, 1990, p. 13–28).

Marx apresenta uma perspectiva “macro” da História, ligada à política e economia, principalmente, por causa do materialismo histórico-dialético, cujo foco na luta e participação da classe trabalhadora, tanto urbana, quanto rural, é basal. Tocqueville, por sua vez, lê e relata a História “por dentro”, nas entranhas do poder, pelos interesses e jogos de poder, por ser de origem nobre e política, tendo acesso aos banquetes e palácios e com uma perspectiva anti-liberal e em favor do Estado sob as classes (Martins, 2021, p. 10–11).

Sob essas considerações, coloco-me em acordo com a tese de Leonardo Martins quando ele aponta que

Se a narrativa marxiana fornece um panorama interessante da economia e política francesa, inserida no contexto mais amplo da Europa, Tocqueville permite-nos descer ao cotidiano da revolução, desde os salões até a agitação das ruas. Sua leitura combinada, permite obter um painel muito variado da revolução desde a queda da monarquia até os momentos próximos ao golpe de estado de Luís Bonaparte (Martins, 2021, p. 346).

Uma vez que as obras de Marx e Tocqueville, respectivamente *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris*, oferecem visões que compõem um “quadro” histórico mais “completo”.

Referências Bibliográficas

- ARAUJO, Valdei Lopes de. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 12, p. 34–44, 2013. DOI: 10.15848/hh.v0i12.620. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/620>>. Acesso em: 08/10/2024.
- BARROS, José D’Assunção. “Uma nova era historiográfica”. In: _____. **Teoria da História**. v. 2. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 42 – 63.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAMPOS, Raquel. “Heresias machadianas”. In: _____. **Entre ilustres e anônimos: uma concepção de história em Machado de Assis**. Chapecó: Argo, 2016, pp. 165–252.
- COGGIOLA, Osvaldo. Novamente — a Revolução Francesa. **Projeto História**, São Paulo, n. 47, p. 281–322, 2013. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/1>>. Acesso em: 13/01/2024.
- CABRAL, Cleber Araújo. **Cultura intelectual em perspectiva: linguagens, instituições e trajetórias**. São Paulo: Editora Letramento, 2021.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural — entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.
- COLLINGWOOD, R. G. “A imaginação histórica”. In: _____. **A ideia de História**. Tradução de Alberto Freire. Lisboa: Presença, 1972, p. 352–375.
- FALCON, Francisco e MOURA, Gerson. “A via francesa: o novo pela revolução”. In: _____. **A formação do mundo contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006, p. 219–238.
- FURET, François. **Pensando a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- GODECHOT, Jacques. **Europa e América no tempo de Napoleão (1800-1815)**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1984.
- HARTOG, François. “Chateaubriand: entre o antigo e o novo regime de historicidade”. In: _____. **Regimes de historicidade**. Presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013, p. 93–132.
- HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. **A Era do Capital (1848-1875)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

- KOYRÉ, Alexandre. “Do Mundo do Mais-ou-Menos ao Universo da Precisão”. In: _____. **Estudo de História do Pensamento Filosófico**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1991. p. 271–288.
- LINHARES, Temístocles. GÊNEROS POÉTICOS. **Revista Letras**, [s. l.], v. 1, 1953. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328064334.pdf>. Acesso em: 01/06/2024
- LOSURDO, Domenico. A fenomenologia do poder: Marx, Engels, Tocqueville. Trad. Cláudio Gonçalves Couto. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 38, p. 31–53, dez. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/h88cFKDZzYYLXWcvjzrn6ht/>. Acesso em: 13/01/2024.
- LUKÁCS, Georg. “Condicionamento e significado histórico-filosófico do romance”. In: _____. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 85–96.
- MARTINS, L. R. Karl Marx e Alexis de Tocqueville: interpretações sobre a Revolução de 1848. **Ágora**, 23 (1), p. 331 – 347, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/15945>. Acesso em: 13/01/2024.
- MARSON, I. A. , “*O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*”, de Karl Marx, e “*Napoleão, o pequeno*”, de Victor Hugo: um contraponto. **Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História**, São Paulo, jun.(30), 2005. p. 143. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2258>. Acesso em: 13/01/2024.
- MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. “Posfácio à Segunda Edição Alemã (1872) do Primeiro Volume de O Capital”, 1873. In. MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas em três tomos**. Edições “Avante!” — Progresso: Lisboa — Moscovo, 1982, t. II.
- MONDAINI, Marco. “Guerras Napoleônicas”. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das guerras**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORAES, Luís Edmundo. **História Contemporânea: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2021.
- MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a história**. Trad. Renata Gaspar Nascimento. Petrópolis: Vozes, 2009.
- POGGI, Gianfranco. **Images of Society: Essays on the Sociological Theories of Tocqueville, Marx and Durkheim**. Stanford, California: Stanford University Press, 1972. p. 11-161.
- RIBEIRO, Renato J. “Introdução: a política teatral”. In: TOCQUEVILLE, Alexis. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris**. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social: ou Princípios do Direito Político**. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- SALOMON, M. Entre história das ciências e das religiões: o problema da temporalidade histórica em Lucien Febvre e Alexandre Koyré no entreguerras. **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 8, n. 19, 2016. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/943>. Acesso em: 13/01/2024.
- SCHAFF, Adam. **História e Verdade**. 6 ed. São Paulo. Martins Fontes. 1995.

SCHAUB, Jean-Frédéric. **La notion d'État moderne est-elle utile?** Remarques sur les blocages de la démarche comparatiste en histoire. Cahiers du monde russe, 2005.

STÁLIN, Joseph. “Sobre o materialismo dialético e o materialismo histórico”. In: _____. **História do Partido Comunista da URSS** (bolchevique), Edições Centro Cultural Manoel Lisboa, Pernambuco, Brasil, 1999.

TOCQUEVILLE, Alexis. **Lembranças de 1848:** as jornadas revolucionárias em Paris. São Paulo: Penguin Companhia, 2011.

TROUILLOT, Michel-Rolph. “Uma história impensável. Revolução haitiana como não-acontecimento”. In: _____. **Silenciando o passado.** Poder e a produção da história. Curitiba: Huya, 2016. p. 121-179.

WHITE, Hayden. **Meta-história:** a imaginação histórica no século XIX. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. **Metahistoria:** La imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. Ciudad de México: Fondo de cultura económica, 1992.

_____. Teoria Literária e Escrita da História. Trad. Dora Rocha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 7, n. 13, p. 21-48, 1991. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1978>>. Acesso em: 13/01/2024.